



PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA SEM ESPECIALIDADE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 3 – AMARELA

Atenção: a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Trabalho justo é aquele que respeita o tempo, a saúde e a dignidade do trabalhador.



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- Boa prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Todas as frases a seguir contêm verbos de estado. Assinale a frase em que o verbo indica mudança de estado.

(A) As leis estão presentes, mas quem as aplica?
 (B) Com leis ruins e funcionários bons é possível governar.
 (C) Sem instrução, as melhores leis tornam-se inúteis.
 (D) Nenhuma lei parece bem adaptada a todos.
 (E) Ninguém pode ser juiz em causa própria.

2

No trecho a seguir, há a presença de duas funções de linguagem.
 "O Rio de Janeiro abriu as portas do Teatro Municipal para um encontro de "internautas", neologismo que designa os usuários da internet."

Assinale a opção que as apresenta.

- (A) Emotiva e conativa.
 (B) Conativa e referencial.
 (C) Referencial e metalinguística.
 (D) Metalinguística e fática.
 (E) Fática e emotiva.

3

Segundo a norma culta, assinale a opção que apresenta a frase integralmente correta.

- (A) Se eles quiserem a resposta hoje, será difícil.
 (B) Não será um privilégio manter este emprego.
 (C) Nada mais há entre eu e você.
 (D) Para mim, sair daqui é um sacrifício.
 (E) Quando eu o ver, darei o recado.

4

Assinale a opção que apresenta a frase que deve ser inserida entre os textos injuntivos.

- (A) Faça o bem sem olhar a quem.
 (B) Quem espera sempre alcança.
 (C) Quem muito abarca, pouco aperta.
 (D) Nem tudo que reluz é ouro.
 (E) Riqueza e felicidade são coisas distintas.

5

Leia a frase a seguir.

"Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os criminosos."

Sobre sua estruturação ou significação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Julgar por indução é partir do geral para o particular.
 (B) As formas verbais "se julga" e "chega-se" atribuem suas ações a pessoas indeterminadas.
 (C) O texto não traz nenhum problema de norma culta da Língua Portuguesa.
 (D) A preposição "por" é exigida por um termo anterior.
 (E) A expressão "até mesmo" tem o valor semântico de exclusão.

6

A língua latina é muito importante na linguagem jurídica; em todas as frases a seguir há latinismos.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o significado desse latinismo está corretamente indicado.

- (A) As coisas foram resolvidas *ex abrupto* / com brutalidade.
 (B) A decisão foi acordada *in totum* / integralmente.
 (C) O argumento era *ad hominem* / desumano.
 (D) O decreto foi feito *ad hoc* / sem consulta prévia.
 (E) Isso ficou *ad libitum* do advogado / na obrigação do.

7

Se reconheces que algo é injusto, tenta pôr fim à injustiça o mais rápido possível; para que esperar o próximo ano?

A mesma relação entre as palavras sublinhadas aparece em

- (A) bondoso / maldade.
 (B) caridoso / caridade.
 (C) necessidade / necessário?
 (D) precisão / imprecisão.
 (E) correção / incorreção.

8

Todos os elementos sublinhados nas frases abaixo se referem a termos anteriores (coesão).

Assinale a frase em que o termo anterior está erradamente identificado.

- (A) As leis são como teias de aranha: quando algo leve cai nelas, fica retido, ao passo que se for algo maior, consegue rompê-las e escapar / teias de aranha.
 (B) A lei deve ser breve para que os indoutos possam compreendê-la facilmente / a lei.
 (C) As conclusões das sentenças as fazem mais claras / conclusões.
 (D) Os temperamentos dos juizes interferem nas suas decisões / juizes.
 (E) Não há justiça sobre a terra, mas ela existe no céu / justiça.

9

Leia o trecho a seguir.

"Todos aqueles que devem deliberar sobre questões dúbias devem também manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo."

Nesse caso, a qualidade condenada nos julgadores é

- (A) a subjetividade no julgamento.
 (B) o desconhecimento dos fatos.
 (C) a crueldade nas penas.
 (D) a falta de respeito às leis.
 (E) a aplicação de critérios desumanos.

10

Leia a frase a seguir.

"A justiça não existe onde não há liberdade."

A palavra onde aparece com o mesmo valor na seguinte opção:

- (A) Onde vivem os morcegos?
 (B) O lugar onde moro é inóspito.
 (C) As casas onde vivem os ricos são luxuosas.
 (D) Os preços mudam rapidamente onde há inflação.
 (E) Nem todos os lugares onde não chove são desertos.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Os produtos industrializados A e B têm, em sua composição, sal e açúcar.

O produto A contém, ao todo, 10 gramas de sal, o que corresponde a 5% da massa total de A.

O produto B contém, ao todo, 30 gramas de açúcar, o que corresponde a 20% da massa total de B.

Somadas as massas dos dois produtos, a quantidade total de açúcar corresponde a 10% dessa soma.

Com base nessas informações, é correto concluir que, no produto A, as quantidades de sal e de açúcar estão na razão de

- (A) 3 para 1.
- (B) 2 para 1.
- (C) 1 para 1.
- (D) 1 para 2.
- (E) 1 para 3.

12

O escritório de advocacia do Dr. Silva tem 2 prateleiras; cada uma delas contendo exatamente 6 livros. Ao todo, nas duas prateleiras, há 7 livros de Direito Penal sendo, os demais, de Direito Tributário. Em certo momento, o Dr. Silva olha para a primeira prateleira e vê nela 2 livros de Direito Tributário.

Com relação à distribuição dos livros nas duas prateleiras, é correto afirmar que, na 2ª prateleira,

- (A) pode não haver livros sobre Direito Tributário.
- (B) pode não haver livros sobre Direito Penal.
- (C) pode haver apenas um livro sobre Direito Penal.
- (D) há, sem dúvida, apenas um livro sobre Direito Tributário.
- (E) há, sem dúvida, apenas três livros sobre Direito Penal.

13

Com o objetivo de monitorar a eficiência no cumprimento de metas de produtividade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um Analista Judiciário acompanhou a movimentação processual em uma Vara Cível de um Tribunal Estadual, ao longo de um ano, para elaborar um relatório estatístico.

No início do ano, 4.700 processos estavam pendentes, aguardando para serem concluídos. Ao longo do ano, 8.800 novos processos foram distribuídos nessa Vara, e, ao final do ano, restavam 6.210 processos pendentes.

Com relação ao total de processos que tramitaram nessa Vara, concluídos ou não, ao longo do ano analisado, a porcentagem de processos concluídos foi de

- (A) 58%.
- (B) 54%.
- (C) 52%.
- (D) 48%.
- (E) 46%.

14

Em um Tribunal Regional do Trabalho, um Analista Judiciário foi designado para calcular o tempo necessário para a digitalização de processos físicos.

A equipe de digitalização constatou que 4 servidores, trabalhando 6 horas por dia, conseguem digitalizar 9.600 páginas em 5 dias. Precisando digitar um novo lote de 16.800 páginas, o tribunal decidiu ampliar a equipe para 5 servidores, mantendo a carga horária diária de trabalho dos servidores.

Considerando que todos os servidores têm a mesma capacidade de trabalho e que o ritmo de trabalho de cada servidor se mantém constante, para digitalizar todo o lote novo, serão necessários

- (A) 12 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 6 dias.

15

A média aritmética de 5 números positivos é 7,6. Se um desses números for descartado, a média dos 4 números remanescentes será 8,0.

É correto concluir que o número descartado é

- (A) maior que 8,0.
- (B) igual a 8,0.
- (C) menor que 8,0 e maior que 7,6.
- (D) igual a 7,6.
- (E) menor que 7,6.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS

Legislação Institucional

16

O Ministério Público do Trabalho (MPT) constatou a existência de uma pluralidade de processos em tramitação em primeira instância, nos quais se repetia controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito.

Esse fato, ao seu ver, exigia que o órgão jurisdicional competente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24) definisse a tese a ser aplicada a todos os processos individuais ou coletivos, que versassem sobre essa idêntica questão de direito, e que tramitem na área de jurisdição desse tribunal. O MPT observou, ainda, a necessidade desse pronunciamento em razão da ausência de fixação de tese sobre a matéria por um tribunal nacional. Sobre o caso narrado, considerando os balizamentos estabelecidos no Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) É descabido o objetivo almejado pelo MPT, pois importaria em supressão de instância.
- (B) Caso seja acolhido o objetivo do MPT, o TRT-24 deve instaurar incidente e remetê-lo ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Deve ser instaurado incidente com esse objetivo, sendo que a desistência ou o abandono do processo não impede o respectivo exame de mérito.
- (D) Caso seja instaurado incidente com esse objetivo, isto não acarretará a suspensão de nenhum processo em que se discuta a respectiva matéria de direito.
- (E) Deve ser instaurado incidente com esse objetivo, a ser distribuído a uma das Turmas, caso os processos considerados estejam em tramitação em primeira instância.

17

Em determinado processo em tramitação em uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), o juiz convocado, ao proferir seu voto, observou que, no julgamento recorrido, a interpretação de determinado preceito legal, acerca de matéria exclusivamente de direito, foi diversa da que lhe foi dada por outra turma. Acresça-se que a temática ainda não tinha sido pacificada no âmbito do TRT-24 ou mesmo apreciada por um tribunal nacional.

Sobre a situação descrita na narrativa, à luz do Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz convocado deve solicitar o pronunciamento prévio do Tribunal Pleno acerca da matéria.
- (B) O juiz convocado tem a faculdade de suspender o julgamento para que a matéria seja apreciada pelo Tribunal Pleno.
- (C) Caso o juiz convocado não suspenda o julgamento e solicite o pronunciamento do Tribunal sobre a matéria, uma das partes pode arguir a nulidade caso demonstre prejuízo.
- (D) A parte pode apresentar questão de ordem para que a Turma, ao julgar o feito, se posicione sobre a divergência, de modo a possibilitar a sua análise por um tribunal nacional.
- (E) As divergências internas são amparadas pela independência funcional e fazem parte do processo de construção da unidade de significado, a ser delineado por tribunal nacional.

18

Maria, no exercício do seu direito de petição, informou à Administração Pública Federal que Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento em comissão, teria praticado infração disciplinar à qual é cominada a sanção de suspensão. Ao fim do processo disciplinar, foi constatado que Pedro efetivamente praticara a infração.

Na situação descrita, à luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que Pedro

- (A) deve ser demitido.
- (B) deve ser destituído.
- (C) deve ser exonerado.
- (D) deve cumprir a sanção em período não superior a noventa dias.
- (E) pode ter a sanção diferida, sendo perdoada caso não seja praticada nova infração em doze meses.

19

Joana, servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo, foi acometida por grave patologia. Seu estado exigia sua submissão a condições climáticas diversas daquelas existentes na localidade em que estava lotada, além de não existirem, na referida localidade, profissionais com a expertise necessária para a realização do tratamento exigido. Essas informações foram comprovadas por junta médica. Por tal razão, Joana solicitou à Administração o seu deslocamento, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede.

A respeito do requerimento de Joana, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para ser acolhido, independe do interesse da Administração e ela não fará jus à ajuda de custo.
- (B) Importará no deslocamento do seu cargo para outro órgão ou entidade do mesmo poder, situado em localidade diversa.
- (C) Para ser acolhido, exigirá a observância do número máximo de remoções previsto em edital publicado até o dia 5 de janeiro do respectivo exercício.
- (D) Exigirá que o órgão competente identifique a presença do interesse da Administração, requisito indispensável para que seja deferido o requerimento de Joana.
- (E) Deverá ser compatibilizado com o interesse público, considerando o número de servidores lotados no respectivo órgão, e eventual indeferimento deve ser motivado.

20

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Joana tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito de uma estrutura de poder da União.

Após doze meses de exercício funcional, Joana constatou, junto ao órgão responsável pela gestão dos recursos humanos, que integralizara os requisitos exigidos para que fizesse jus ao primeiro período aquisitivo de férias.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que Joana

- (A) não pode ter suas férias interrompidas após o início de sua fruição.
- (B) pode requerer o parcelamento de suas férias em até três etapas.
- (C) pode requerer a conversão de um terço das férias em abono pecuniário.
- (D) não faltou no período de doze meses, ou teve faltas em quantidade igual ou inferior a cinco.
- (E) deve receber o pagamento da remuneração das férias até cinco dias antes do início do respectivo período.

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24)

21

Ana, servidora pública federal, foi convidada, pela autoridade máxima da estrutura de poder a que está vinculada, para participar da comissão responsável pela realização de exames orais em determinado concurso público de provas e títulos organizado pela referida estrutura.

Em relação à possibilidade, ou não, de Ana receber alguma gratificação pelo desempenho dessa atividade, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela somente fará jus à gratificação caso a referida atividade seja exercida por lapso superior a trinta dias.
- (B) A gratificação somente será devida se a referida atividade for exercida sem prejuízo das atribuições do cargo.
- (C) Ela faz jus à gratificação, que é estabelecida pela lei em percentual fixo do maior vencimento básico da Administração Pública Federal.
- (D) Ela faz jus à gratificação, que será incorporada aos seus vencimentos caso seja recebida pelo período mínimo de um ano, contado de modo contínuo, ou não.
- (E) A referida atividade é absorvida pelas atribuições regulares de qualquer servidor público federal, o que afasta a possibilidade de pagamento de gratificação.

22

Em determinado feito de competência de uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), o desembargador relator entendeu que o processo deveria ser submetido a julgamento em ambiente eletrônico, não presencial, por meio de sessão virtual.

A parte recorrente, ao tomar conhecimento da publicação para a realização da sessão virtual, observou corretamente, à luz do Regimento Interno do TRT-24, que o referido entendimento está

- (A) incorreto, salvo se houve prévia aquiescência de ambas as partes.
- (B) correto, salvo se terceiro interessado destacar o processo para julgamento presencial.
- (C) correto, pois apenas os processos administrativos são submetidos a julgamento presencial.
- (D) correto, mas uma das partes ou o Ministério Público do Trabalho pode optar pelo julgamento em sessão presencial.
- (E) incorreto, salvo se uma das partes ou o Ministério Público do Trabalho, atuando como custos legis, requereu o julgamento virtual.

23

Após regular tramitação do processo administrativo disciplinar, em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, foi aplicada a João, servidor público federal, a sanção de advertência.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) A advertência foi aplicada oralmente, em sessão solene designada para esse fim.
- (B) A advertência acarreta, como consequência correlata, a extinção do direito à fruição de um período de férias.
- (C) Ainda que a conduta de João pudesse ensejar a aplicação de penalidade mais grave, optou-se corretamente pela mais branda, a advertência.
- (D) A penalidade terá o seu registro cancelado após o decurso de três anos, se o servidor não tiver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (E) A penalidade terá o seu registro cancelado após o decurso de cinco anos, ainda que o servidor tenha, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

24

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário da União, após preencher os requisitos exigidos, obteve progressão funcional na carreira, o que importou no correlato incremento da remuneração recebida.

Com base na situação descrita na narrativa e na disciplina estabelecida na Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria deve continuar na mesma classe da carreira.
- (B) Maria preencheu o requisito mínimo de dois anos de interstício.
- (C) Maria passou a exercer uma função de assessoramento, direção ou chefia.
- (D) Maria passou a ocupar cargo de nomenclatura diversa, integrado à mesma carreira.
- (E) Maria cumpriu a exigência de participação em curso de aperfeiçoamento.

25

Maria, servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo, passou a responder a processo disciplinar em razão da alegada prática de infração no exercício de suas atribuições. Na fase intermediária desse processo, a servidora, pessoalmente, formulou requerimento visando à reinquirição de uma testemunha, pois pretendia contribuir para a plena elucidação dos fatos.

A autoridade competente, ao analisar o requerimento de Maria, observou corretamente que

- (A) não há contraditório nessa fase.
- (B) o requerimento deveria ser formulado pelo advogado de Maria.
- (C) o requerimento pode ser negado, caso seja considerado meramente protelatório.
- (D) em razão da exigência de razoável duração do processo, é vedada a reinquirição de testemunhas.
- (E) em razão do direito fundamental à ampla defesa, requerimentos como esse devem ser sempre atendidos.

Administração

26

Assinale a opção que apresenta, segundo a Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, uma competência da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

- (A) Fiscalizar e aplicar penalidades a magistrados que não cumpram as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
- (B) Elaborar normas e regulamentos para todas as instâncias do Poder Judiciário, sem necessidade de aprovação do CNJ.
- (C) Propor melhorias para a estratégia nacional do Poder Judiciário, auxiliar na execução e no monitoramento dos trabalhos e divulgar os resultados⁸.
- (D) Determinar mudanças estruturais no Poder Judiciário, independentemente da aprovação de órgãos superiores.
- (E) Criar políticas públicas exclusivas para o segmento da Justiça Federal, sem abranger outros segmentos do Judiciário.

27

A gestão da qualidade na busca pela excelência nos serviços públicos visa garantir eficiência, transparência e satisfação dos cidadãos, promovendo a melhoria contínua dos processos e a entrega de valor público.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um dos princípios fundamentais da gestão da qualidade nos serviços públicos.

- (A) A qualidade nos serviços públicos é determinada exclusivamente pelo cumprimento de normas internas da organização.
- (B) A satisfação dos cidadãos depende apenas do atendimento imediato, desconsiderando a continuidade e a eficácia do serviço.
- (C) A excelência nos serviços públicos é alcançada quando as necessidades e as expectativas dos cidadãos são atendidas de forma contínua e eficiente⁹.
- (D) A avaliação da qualidade nos serviços públicos é independente da comparação com práticas adotadas por outras organizações.
- (E) A gestão da qualidade nos serviços públicos preocupa-se apenas com a redução de custos operacionais.

28

Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado, é denominado

- (A) contratação compartilhada.
- (B) logística sustentável¹⁰.
- (C) gestão documental.
- (D) prática de racionalização.
- (E) PLS-Jud.

29

A Administração Financeira e Orçamentária (AFO) é a disciplina que estuda a forma com que os recursos públicos são geridos, suas normas jurídicas e contábeis e seu principal instrumento: o orçamento público.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o conceito de orçamento público.

- (A) Um mecanismo contábil que visa exclusivamente registrar as despesas do governo, sem necessidade de compatibilização com as receitas previstas.
- (B) Um plano de ação financeira governamental, cuja principal finalidade é restringir gastos públicos, sem necessariamente promover o equilíbrio fiscal.
- (C) Um instrumento normativo que estabelece, de forma transparente e planejada, a previsão de receitas e a fixação de despesas dentro de um período determinado¹¹.
- (D) Um conjunto de diretrizes econômicas voltadas exclusivamente para o aumento da arrecadação estatal, sem relação com a execução orçamentária.
- (E) Um dispositivo jurídico que concede ao governo total liberdade para alterar a alocação de recursos públicos sem necessidade de aprovação legislativa.

30

A gestão de resultados na produção de serviços públicos visa otimizar a entrega de serviços à sociedade, garantindo eficiência, transparência e a satisfação das necessidades da população por meio do monitoramento e da avaliação contínuos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, itens da agenda para a estruturação da gestão de resultados no setor público.

- (A) Foco nas ações imediatas, redução da descentralização e ausência de indicadores de desempenho.
- (B) Adoção de processos centralizados de tomada de decisão e rigidez administrativa na aplicação dos recursos.
- (C) Flexibilização de recursos, descentralização na tomada de decisões e utilização de indicadores para medir impactos¹².
- (D) Desconsideração do planejamento estratégico e redução do uso de sistemas de monitoramento de gestão.
- (E) Restrição ao uso de sistemas de informação e simplificação dos processos de avaliação de desempenho.

31

A gestão por projetos é a abordagem que organiza esforços temporários e específicos para alcançar objetivos claros, utilizando metodologias, ferramentas e recursos para planejar, executar, monitorar e encerrar projetos de forma eficiente, alinhados às metas organizacionais.

Assinale a opção que indica, corretamente, o documento no qual o patrocinador formaliza a aprovação para a continuidade do projeto e confirma o seu financiamento.

- (A) Edital de chamada de propostas.
- (B) Termo de abertura¹³.
- (C) Pedido de proposta de cliente.
- (D) Escopo do projeto.
- (E) Termo de referência.

32

A gestão por processos analisa, melhora e monitora as atividades organizacionais, visando otimizar a eficiência, reduzir custos e garantir a entrega de valor ao cliente por meio de processos bem estruturados e alinhados com os objetivos estratégicos da organização.

Assinale a opção que apresenta a unidade de trabalho existente em todo e qualquer processo.

- (A) Atividade.*
- (B) Instrução.
- (C) Papel funcional.
- (D) Insumo.
- (E) Tecnologia.

33

A gestão de desempenho implica em planejar, organizar, supervisionar e controlar todo o fluxo da atividade organizacional em todas as áreas e em todos os níveis para entregar excelentes resultados.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, os processos da gestão de desempenho.

- (A) O planejamento é exclusivamente responsável pela avaliação de resultados e pelo controle das competências.
- (B) A organização é responsável por definir objetivos e planos de trabalho, enquanto o controle realiza a criação de valor.
- (C) A supervisão foca em atividades como treinamento, liderança e desenvolvimento, enquanto o controle trata da infraestrutura de trabalho.
- (D) O planejamento é responsável pela implementação de recursos e pela avaliação de resultados, enquanto a supervisão lida com a definição de metas e objetivos.*
- (E) O controle envolve a avaliação de resultados e a criação de valor, com foco em indicadores, habilidades, atitudes e competências.

34

A Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o documento que integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias em que são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

- (A) Anexo de Metas Fiscais.
- (B) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (C) Anexo de Riscos Fiscais.
- (D) Relatório de Gestão Fiscal.*
- (E) Anexo de Política Fiscal.

35

A gestão estratégica abrange o planejamento e a implementação de ações que alinham os recursos e capacidades da organização com as oportunidades e desafios do ambiente externo.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a distinção entre os tipos de planejamento.

- (A) O planejamento estratégico é mais detalhado que o planejamento tático, pois foca em ações de curto prazo e opera em níveis operacionais.
- (B) O planejamento operacional foca em objetivos de longo prazo e busca alinhar a organização com o mercado e os concorrentes.
- (C) O planejamento estratégico é realizado em um curto período de tempo e visa a implementação de tarefas e processos do dia a dia da organização.
- (D) O planejamento tático é de médio prazo e foca em ações que contribuem para atingir os objetivos estratégicos, sendo mais específico que o planejamento estratégico.*
- (E) O planejamento tático possui uma abordagem de longo prazo e é mais focado nas ações diárias da organização que o planejamento estratégico.

36

A estrutura organizacional constitui a arquitetura que assegura a divisão e a coordenação das atividades dos membros da organização.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, os conceitos relacionados à estrutura organizacional.

- (A) A unidade organizacional pode ser qualquer subdivisão dentro de uma organização, como divisões, departamentos e equipes, enquanto o cliente interno é sempre um fornecedor de produtos ou serviços.
- (B) O cliente externo é aquele que usa o produto ou serviço da organização, enquanto o fornecedor interno é uma unidade organizacional que fornece um produto ou serviço para outra unidade dentro da mesma organização.*
- (C) O fornecedor externo é aquele que fornece um serviço para uma organização, enquanto o cliente externo é uma pessoa ou instituição que oferece produtos ou serviços à organização.
- (D) O cliente interno é aquele que usa o produto ou serviço oferecido pela organização, e o fornecedor interno é sempre o consumidor do produto final.
- (E) O cliente externo é uma unidade organizacional que usa o produto ou o serviço da empresa, e o fornecedor interno é uma instituição que oferece produtos para a organização.

37

A transparência na Administração Pública é fortalecida pela Lei Complementar nº 131/2009, que amplia a divulgação das contas públicas em tempo real, e pela Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - que garante o direito de qualquer cidadão obter informações de interesse coletivo ou geral.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, elementos que devem constar em uma decisão de classificação de informação.

- (A) Fundamento da classificação e identificação dos solicitantes.
- (B) Rol de documentos classificados em cada grau de sigilo.*
- (C) Prazo de sigilo e identificação da autoridade classificadora.
- (D) Relatórios estatísticos com informações genéricas sobre os solicitantes.
- (E) Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses.

38

O Referencial Básico de Governança do TCU estabelece diretrizes para a gestão eficiente e transparente na Administração Pública, fundamentando-se nos princípios básicos de governança.

Assinale a opção que apresenta o princípio básico de governança que obriga pessoas ou entidades, às quais se confiaram recursos, de assumir integralmente as responsabilidades fiscais, gerenciais e programáticas que lhes foram conferidas, além de prestar contas de seu cumprimento àqueles que lhes delegaram tais atribuições.

- (A) Integridade.
- (B) Transparência.
- (C) Equidade.
- (D) Accountability.*
- (E) Melhoria regulatória.

39

A gestão de riscos é um processo contínuo e estratégico que visa identificar, analisar e mitigar ameaças potenciais, garantindo a resiliência e a sustentabilidade organizacional.

Assinale a alternativa que apresenta o tipo de risco que está associado à probabilidade de perdas decorrentes da inobservância, violação ou interpretação inadequada de regulamentos e normas, bem como da exposição a penalidades legais, resultando em prejuízos financeiros e danos à reputação.

- (A) Riscos de Imagem.
- (B) Riscos Estratégicos.
- (C) Riscos Financeiros.
- (D) Riscos Operacionais.*
- (E) Riscos de Conformidade.

40

A gestão do clima e da cultura organizacional é importante para alinhar valores, comportamentos e práticas que promovam um ambiente de trabalho positivo, o engajamento dos colaboradores e alto desempenho da organização.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o conceito de *clima organizacional*.

- (A) Refere-se exclusivamente à cultura organizacional e não sofre influência das políticas da alta administração.
- (B) É percebido apenas pelos gestores e líderes, sem impacto na interpretação da situação pelos demais membros da organização.
- (C) Representa um fenômeno temporário, sujeito a mudanças diárias sem influência das práticas organizacionais.
- (D) É determinado apenas por fatores externos à organização, como condições de mercado e concorrência, sem relação com a dinâmica interna da empresa.
- (E) É o atributo que resulta do comportamento e das políticas dos membros da organização e serve como base para interpretar situações e direcionar atividades.*

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

41

Joana, servidora pública federal, obteve a guarda provisória, para fins de adoção, de XX, menor impúbere que contava com dois anos de vida. Por tal razão, requereu ao setor competente que lhe fosse concedida licença maternidade.

Sobre o caso narrado, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Embora faça jus à licença maternidade, o respectivo período deve ser reduzido proporcionalmente à idade da criança. ✗
- (B) Compete ao legislador infraconstitucional, no respectivo regime jurídico, reconhecer, ou não, o direito da adotante à licença nas circunstâncias indicadas. ✗
- (C) A servidora faz jus à licença maternidade devida às trabalhadoras em geral, a qual auferirá o seu fundamento diretamente na ordem constitucional.
- (D) A licença pleiteada deve ser indeferida, considerando estar ausente a respectiva hipótese de incidência, já que Joana não recebeu atendimento médico e tampouco amamentou.
- (E) A concessão da licença maternidade, pelo mesmo período das demais trabalhadoras, pressupõe que a criança, por suas condições pessoais, exija tratamento diferenciado por todo o período.

42

Um grupo de trabalhadores de determinada categoria profissional passou a se reunir regularmente com o objetivo de discutir a possibilidade de criação de um sindicato no âmbito da circunscrição territorial do Município Alfa. Ocorre que a unidade sindical Beta, que já atuava na mesma base territorial e congregava, entre outras, a referida categoria profissional, se opunha de modo veemente a essa iniciativa, argumentando com a impossibilidade jurídica de criação da nova organização sindical.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a criação da nova organização sindical, por ter base territorial inferior à área de um estado.
- (B) a criação da nova organização sindical está condicionada à prévia aprovação em assembleia geral de Beta. ✗
- (C) é possível a representação de categoria específica, a ser desmembrada de categorias mais amplas.
- (D) o pluralismo permite que mais de uma organização sindical atue na mesma circunscrição, de modo a valorizar a liberdade de escolha do trabalhador. ✗
- (E) o princípio da unidade sindical veda a criação de uma nova organização sindical na mesma área de atuação de outra, ainda que esta última congregue mais de uma categoria profissional.

43

O Deputado Federal João, muito ativo na recepção das reivindicações dos trabalhadores, iniciou estudos, no âmbito do seu gabinete, com o objetivo de apresentar projeto de lei com o objetivo de estabelecer o prazo prescricional vintenário para que o trabalhador possa ajuizar ações decorrentes da não realização tempestiva, pelo empregador, dos depósitos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Ao fim desses estudos, João concluiu corretamente que:

- (A) como o FGTS decorre da relação de trabalho, deve ser observado o prazo prescricional quinquenal.
- (B) como o FGTS é uma forma de indenização, deve ser observado o prazo prescricional afeto às indenizações.
- (C) como o FGTS tem natureza contratual, deve ser observado o prazo prescricional aplicado à generalidade dos contratos.
- (D) o Poder Legislativo possui liberdade de conformação para estabelecer o prazo prescricional que lhe pareça mais adequado.
- (E) como o FGTS tem natureza de contribuição social, deve ser observado o prazo prescricional afeto à cobrança de créditos dessa natureza.

44

A União, no exercício da competência legislativa concorrente, editou a Lei nº X, dispondo sobre normas gerais afetas a determinada temática. Poucos anos depois, o Estado Alfa editou a Lei nº Y, que dispôs em sentido diametralmente oposto ao da Lei nº X. Em razão da dissonância entre os diplomas normativos, um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) na situação descrita.

Foi observado corretamente que:

- (A) deveria existir uma ofensa direta à ordem constitucional, o que não ocorre na situação descrita.
- (B) é possível o ajuizamento da ADI na situação descrita, por ter sido afrontada a competência legislativa da União.
- (C) somente a norma interposta, na qual outra norma aufere o seu fundamento de validade, pode ser objeto de ADI.
- (D) como a Lei nº X está situada em plano hierárquico superior ao da Lei nº Y, esta última não produz efeitos, logo, não há interesse de agir no ajuizamento da ADI.
- (E) a ADI pode ter por objeto qualquer ato normativo, legal ou infralegal, que possa ser cotejado com a ordem constitucional, logo, é cabível na situação descrita.

45

O sindicato dos servidores públicos do Estado Alfa ingressou com OAB demanda coletiva em face do referido ente federativo, na qual formulou os pedidos a seguir:

- I. O cálculo de gratificações e outras vantagens deve incidir sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo do servidor público.
- II. O vencimento do servidor público não pode ser inferior ao salário mínimo, sendo excluídas desse cálculo as demais gratificações e vantagens percebidas.
- III. Deve ser observada a lei estadual que utilize o salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem do servidor público.

Sobre a compatibilidade desses pedidos com a sistemática constitucional, lembrando que os servidores do Estado Alfa são regidos por regime jurídico específico, está correto afirmar que:

- (A) nenhum deles é compatível.
- (B) apenas I não é compatível.
- (C) apenas II não é compatível.
- (D) apenas I e III não são compatíveis.
- (E) apenas II e III não são compatíveis.

46

Em determinado ente federativo subnacional, foi editada a Lei nº X, dispondo que a ausência ao trabalho, pelos servidores públicos em gozo de licença à saúde, importaria na redução proporcional do período de férias a ser fruído após a integralização do respectivo período aquisitivo.

Irresignado com o teor da Lei nº X, um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade requereu que o Supremo Tribunal Federal declarasse a sua inconstitucionalidade.

Foi corretamente reconhecido que:

- (A) a sistemática constitucional afeta às férias dos trabalhadores não é aplicável aos servidores públicos, sendo matéria própria do regime jurídico da categoria.
- (B) o regime jurídico dos servidores de ente subnacional não pode restringir a fruição de férias em razão do gozo de licença à saúde, que não indica a voluntariedade na ausência ao trabalho.
- (C) a disciplina da Lei nº X é constitucional, pois a funcionalidade das férias anuais é a de assegurar um período de descanso após um período de trabalho preestabelecido, que deve ser de um ano.
- (D) na sistemática afeta às férias dos trabalhadores não pode haver distinção de tratamento, quer do setor público, quer do setor privado; logo, a Lei nº X rompeu com a isonomia de tratamento.
- (E) como a descrição do período aquisitivo das férias anuais remuneradas está prevista na Constituição da República, a legislação infraconstitucional não poderia dispor em sentido diverso, como ocorreu no caso.

47

João e Maria, servidores públicos competentes, compareceram à sede da fábrica Alfa, com o objetivo de realizar fiscalização de rotina sobre o cumprimento da legislação a que a entidade privada está submetida. Contudo, os referidos agentes públicos constataram a presença, no local, de diversas irregularidades, inclusive em relação ao meio ambiente de trabalho.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a atuação fiscalizatória de João e Maria é uma manifestação do poder (de)

- (A) regulamentar.
- (B) hierárquico.
- (C) normativo.
- (D) disciplinar.
- (E) polícia.

48

Durante a execução de determinado contrato administrativo por parte da sociedade empresária XYZ, o Estado Alfa, contratante, resolveu proceder, na forma da lei, à alteração unilateral da avença. Em assim sendo, os diretores da entidade privada buscaram o auxílio de um especialista, para entender as repercussões da medida adotada no âmbito da relação contratual. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, acrescidos de juros de mora, vedada indenização suplementar.
- () Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- () A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

49

Ao analisar a estrutura administrativa do Estado Alfa, Lucas, estudante, constatou a presença, dentre outros, da autarquia Beta, da empresa pública Delta e da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a

- (A) Secretaria de Estado de Trabalho e Renda é uma pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Direta, sendo uma manifestação da desconcentração administrativa.
- (B) empresa pública Delta é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública Direta, sendo uma manifestação da descentralização administrativa.
- (C) empresa pública Delta é uma pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta, sendo uma manifestação da descentralização administrativa.
- (D) autarquia Beta é uma pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Pública Indireta, sendo uma manifestação da descentralização administrativa.
- (E) autarquia Beta é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública Indireta, sendo uma manifestação da desconcentração administrativa.

50

Caio, autoridade federal competente, tomou ciência de irregularidade praticada por determinado agente público, motivo pelo qual procedeu à apuração imediata da conduta perpetrada por meio de uma sindicância, assegurada ao acusado ampla defesa.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.
- II. Instauração de processo disciplinar.
- III. Arquivamento do processo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a sindicância poderá resultar a(s) medida(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, analise as afirmativas a seguir:

- I. Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- II. Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- III. Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, a transparência será assegurada, também, mediante a(s) medida(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Catarina, juíza de direito, está minutando uma sentença em processo vinculado à prática, por Caio, agente público, de ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Em observância à lei e de acordo com a gravidade dos fatos, que ensejaram lesão ao patrimônio público, a juíza pretende aplicar ao referido servidor as sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir:

- I. A multa poderá ser aumentada até metade, se a juíza Catarina considerar que, em virtude da situação econômica do réu Caio, o valor calculado na forma ordinária é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- II. Como ocorreu lesão ao patrimônio público, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- III. As sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, aplicáveis a Caio, poderão ser executadas, provisoriamente, após o julgamento de eventual recurso de apelação interposto pela defesa do referido agente público, ainda que pendente de julgamento embargos de declaração ou recurso especial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

53

Um empregado trabalhava há 9 anos na sociedade empresária *Tudo Bem*, no período noturno.

Em 2025, a sociedade informou ao empregado que ele seria transferido para o período diurno. O empregado questionou esse comando, afirmando que isso lhe traria prejuízo, pois perderia o valor do adicional noturno que recebia há quase 10 anos.

Considerando esses fatos, o entendimento consolidado do TST e os limites da alteração unilateral do contrato de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alteração é irregular porque gera prejuízo financeiro para o empregado, não podendo ser feita.
- (B) O empregador poderá alterar o turno do empregado, mas deverá continuar pagando o adicional noturno para manter a estabilidade financeira do empregado.
- (C) A alteração pretendida somente pode ser realizada se o empregado for indenizado em 1 mês de adicional noturno por cada ano de trabalho noturno realizado.
- (D) A transferência do turno noturno para o diurno está inserida no poder diretivo do empregador e implica a perda do direito ao adicional noturno.
- (E) A alteração proposta, que modifica radicalmente uma situação jurídica consolidada, somente poderá ser realizada com a assistência do sindicato de classe do empregado.

54

Numa reclamação trabalhista que tramita perante a 6ª Vara do Trabalho de Chapadão do Sul/MS, que se encontra na fase de execução, o executado garantiu o Juízo com dinheiro e, no mesmo dia, ajuizou embargos à execução, requerendo a oitiva de 2 testemunhas para comprovar a alegação de sua peça de embargos.

Sobre o fato narrado, considerando os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível a produção de prova testemunhal em sede de embargos à execução, pois essa prova é limitada à fase de conhecimento.
- (B) É possível a produção da prova testemunhal na fase executória, mas a CLT limita a 1 testemunha porque a fase de cognição já fluiu.
- (C) A prova testemunhal poderá ser produzida se o embargado concordar, e, nesse caso, a parte exequente terá a mesma possibilidade de arrolar testemunhas em razão da paridade de armas.
- (D) O Juiz poderá, caso julgue os depoimentos necessários, marcar audiência para a produção da prova testemunhal.
- (E) É possível a oitiva de testemunhas em sede de embargos à execução, desde que essas pessoas não tenham sido ouvidas como testemunhas na fase de conhecimento.

55

Rebeca e Amanda trabalham há 3 anos em uma sociedade empresária localizada em Ponta Porã/MS. Em janeiro de 2025, Rebeca foi dispensada sem justa causa e, no mesmo dia, Amanda pediu demissão.

Em relação ao aviso prévio, considerando esses fatos e de acordo com a norma de Regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente Amanda faz jus ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (B) Rebeca e Amanda terão direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (C) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é devido apenas a Rebeca.
- (D) Nenhuma das empregadas fará jus ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (E) Rebeca receberá 36 dias de aviso prévio e Amanda terá de trabalhar 36 dias no seu aviso prévio.

56

A Lei prevê alguns períodos de descanso e intervalos especiais para determinadas situações e categorias.

Considerando essas normas de regência e o entendimento consolidado do TST, assinale a opção que indica o intervalo que atualmente, no ano de 2025, não mais poderia ser requerido com sucesso na Justiça do Trabalho.

- (A) Para empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, 20 minutos de repouso depois de 1h40 de trabalho contínuo.
- (B) Para a mulher, pausa de, no mínimo, 15 minutos antes do início do período extraordinário de trabalho.
- (C) Para o digitador, 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.
- (D) Para o médico, repouso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho.
- (E) Para o empregado em minas no subsolo, 15 minutos para repouso a cada período de 3 horas consecutivas de trabalho.

57

Um hotel localizado em Bonito/MS dispensou sem justa causa, no ano de 2024, simultaneamente, 4 empregados – Joana, Neide, Carlos e Rodrigo.

Analisando o caso de cada trabalhador, Joana e Carlos não receberam as verbas rescisórias; Neide recebeu as verbas rescisórias, mas não as horas extras que cumpria; Rodrigo recebeu as verbas rescisórias, não realizava horas extras, mas não recebeu adicional noturno, a despeito de trabalhar como vigia noturno no hotel.

Considerados esses fatos e o que prevê a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Joana, Neide, Carlos e Rodrigo poderão ajuizar reclamação trabalhista plúrima, porque foram empregados da mesma sociedade empresária.
- (B) Não havendo possibilidade de litisconsórcio ativo na Justiça do Trabalho, cada trabalhador deve ajuizar a sua ação.
- (C) Apenas Neide e Rodrigo poderão acumular suas reclamações em um único processo, porque seus pleitos dependem de prova testemunhal.
- (D) Fica a critério do Juiz aceitar ou não a reclamação plúrima, não havendo direito subjetivo de nenhum trabalhador a essa modalidade de litisconsórcio ativo.
- (E) Somente Joana e Carlos poderão ajuizar ação plúrima, por haver identidade de matéria e de empregador.

58

Uma sociedade empresária sediada em Miranda/MS pretende ajuizar ação rescisória contra uma decisão transitada em julgado, por entender que ela se enquadra em uma das hipóteses legais.

Sobre a ação rescisória na Justiça do Trabalho, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser proposta em até 5 anos do trânsito em julgado da sentença e não está sujeita a depósito prévio.
- (B) Está sujeita ao depósito prévio de 20% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor da ação rescisória.
- (C) Ação rescisória não se presta a atacar acordo homologado judicialmente no bojo de uma reclamação trabalhista.
- (D) Não se sujeita a custos ou preparo, mas deve ser ajuizada em até 2 anos do trânsito em julgado da sentença.
- (E) O preparo na ação rescisória é de 10% do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor da ação.

59

No decorrer de um contrato de trabalho podem ocorrer situações de suspensão e de interrupção do pacto laboral.

Das situações abaixo indicadas, assinale aquela que, de acordo as normas de regência, caracteriza um fato que leva à suspensão do contrato de trabalho.

- (A) Prisão do empregado.
- (B) Licença paternidade.
- (C) Falecimento de irmão do empregado.
- (D) Férias.
- (E) Tempo necessário para o empregado comparecer em Juízo.

60

Em uma reclamação trabalhista, que tramita perante a 18ª Vara do Trabalho de Corumbá/MS, o Juiz percebeu que o réu e sua testemunha mentiram descaradamente, alterando de forma deliberada a verdade dos fatos.

Em relação à eventual multa, considerando esses fatos e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juízo poderá condenar o litigante de má-fé e sua testemunha ao pagamento de multa, desde que haja requerimento expresso da parte autora.
- (B) A multa, se aplicada à parte e à testemunha, deverá ser de 20% do valor corrigido da causa e será executada em autos apartados.
- (C) O Juízo, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé e sua testemunha a pagar multa, que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- (D) O Juiz terá de optar entre aplicar a multa à parte litigante de má-fé ou à sua testemunha, pois não há previsão de condenar a ambos, simultaneamente.
- (E) O Juízo, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé e sua testemunha a pagar multa, que deverá ser superior a 5% e inferior a 15% do valor corrigido da causa.

QUESTÃO DISCURSIVA

Lara e Eva trabalham para a sociedade empresária *Oeste Distante*, localizado em Naviraí/MS. Lara foi admitida em 2023, e Eva, em 2022. Ambas trabalham atualmente como assistentes administrativas, sendo que Lara é trabalhadora readaptada pelo órgão competente da Previdência Social, pois antes de sofrer um acidente do trabalho na sociedade *Oeste Distante*, exercia a função de analista administrativo. Ambas as empregadas cumprem a mesma jornada, atuam no mesmo setor, têm as mesmas atividades e estão submetidas à mesma chefia. No entanto, Lara recebe R\$ 3.700,00 mensais, enquanto Eva ganha R\$ 5.300,00 por mês, salário que recebia quando era gerente. Em razão disso, Lara pretende requerer equiparação salarial, pois se sente injustiçada por ganhar menos que Eva.

Considerando esses fatos e o que prevê a CLT, responda às indagações a seguir.

- Apresente os requisitos necessários para que uma equiparação salarial tenha sucesso.
- Indique a quem compete o ônus da prova de cada requisito apresentado no item anterior.
- Avalie a possibilidade de equiparação salarial entre Lara e Eva. Justifique.